

## O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA (INCP): UMA “ESCOLA DE PATRIOTISMO” NO ESTADO NOVO (1940-1945)

## THE NATIONAL INSTITUTE OF POLITICAL SCIENCE (INCP): A “SCHOOL OF PATRIOTISM” IN THE ESTADO NOVO (1940-1945)

Veronica Vieira MARTINELLI\*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo analisar a trajetória do Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), entidade civil que atuou entre os anos de 1940 e 1945. A partir da pesquisa nas páginas das revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política*, pretende-se compreender como se deu a formação e a estruturação do INCP; além de examinar os diferentes níveis de participação no seu interior, suas diretrizes nacionais e seu programa de atuação na sociedade brasileira, elementos importantes para estabelecer a identidade e os objetivos desse órgão que se definia como uma “escola de patriotismo” a serviço da nação. Com o auxílio conceptual de Sirinelli (2003), buscaremos interpretar o INCP enquanto “espaço de sociabilidade”, e seus membros como “intelectuais mediadores”, a fim de melhor compreender o papel desempenhado por essa instituição no contexto do Estado Novo e a relação desses intelectuais com o regime.

**Palavras-chave:** Instituto Nacional de Ciência Política; intelectuais; Estado Novo.

**Abstract:** This article aims to analyze the National Institute of Political Science (INCP) trajectory, a civil entity that operated between the years 1940 and 1945. From the research on the pages of *Brazilian Vision* and *Political Science* magazines, we intend to understand how was the formation and structuring of the INCP; in addition to examining the different levels of participation in its interior, its national guidelines and its performance program in Brazilian society, important elements to establish the identity and objectives of this body, which was defined as a "school to teach patriotism" at the service of the nation. Based on Sirinelli's concepts (2003), we will seek to interpret INCP as a “sociability space”, and its members as “intellectual mediators”, to better understand the role played by this institution in the context of the Estado Novo and the relationship of these intellectuals with the regime.

**Keywords:** National Institute of Political Science; intellectuals; Estado Novo.

### *O Estado Novo e os intelectuais*

Um novo tipo de relação do governo com a elite intelectual brasileira foi inaugurado pelo Estado Novo (1937-1945). A mudança no papel desempenhado por essa elite caracterizou-se pela tomada de uma nova posição dentro da sociedade, que a tornava porta-voz do projeto político, ideológico e cultural orquestrado pelo regime. Muitos intelectuais passaram a atuar no

---

\* Mestranda em História – Programa de Pós-graduação em História - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, RS - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: [veronica.martinelli@acad.pucrs.br](mailto:veronica.martinelli@acad.pucrs.br).

sentido de definir a identidade nacional, refletir sobre a cultura do país e legitimar os valores cívicos e patrióticos. Também participavam fortemente na montagem e na execução da propaganda política do governo, legitimando suas ações na sociedade pela tentativa de homogeneização da opinião pública.

A aproximação dessa elite com o regime é um elemento importante para a compreensão das transformações que ocorreram nesse período. O Estado Novo de Getúlio Vargas soube reunir em seu seio elementos das mais diversas correntes de pensamento, e mesmo aqueles que não concordavam com todas as feições do regime. De acordo com o historiador Vamireh Chacon (1977, p. 96), “Em vez de propor confessionalidades aos intelectuais, o Estado Novo polarizava-os à base das afinidades, tanto teóricas quanto eletivas...”. Quer dizer, esses intelectuais foram chamados para atuar em órgãos oficiais como o Departamento de Imprensa e Propaganda, o Ministério da Educação e Saúde Pública, em periódicos do regime e em diversas instituições culturais como museus e bibliotecas. Já o sociólogo Sérgio Miceli, em suas análises sobre a relação de interesse que se estabeleceu entre a intelectualidade brasileira e o Estado ao longo dos anos de 1920 a 1945, aponta que

Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultaram-lhes o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança, etc.) Mas, no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia, sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentsia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico. (MICELI, 2001, p. 197-198).

Segundo a historiadora Mônica Pimenta Velloso (1987, p. 4), no Estado Novo os intelectuais brasileiros atuaram diretamente na arena política ao responderem ao chamado do regime para refletir sobre os problemas nacionais e exercerem a função social de “representantes da consciência nacional”, ao lado do Estado. Esse período, portanto, se caracterizou pela associação entre as elites intelectual e política, no sentido de reorganizar a sociedade, e pela identificação do “Estado como o cerne da nacionalidade brasileira”. Não mais afastados da arena política, esses indivíduos passaram a operar por meio de organismos culturais criados no sentido de propagandear a doutrina do novo regime. O governo adotou uma nova estratégia político-pedagógica em que a sua principal função seria a de educar e organizar a sociedade. A elite intelectual constituiu peça fundamental naquele cenário, pois assumiu o papel de apoiadora e doutrinadora oficial do regime (VELLOSO, 1987, p. 11).

A abertura do Estado Novo a todos os segmentos das mais diversas correntes do pensamento demonstra a importância da nova posição ocupada por essa elite para a função de

reconstrução nacional pretendida pelo governo. De acordo com o sociólogo francês Daniel Pécaut (1990, p. 73), em suas análises sobre a receptividade do Estado junto à intelectualidade, mesmo aquela vista como “rebelde”, compreende que “Se os intelectuais aderiram a uma ‘ideologia de Estado’, o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo ‘intelectual’. Além disso, o Estado não conhecia outra expressão da opinião pública exceto a representada pelos intelectuais.”

Em meio à conjuntura apresentada até aqui, um fato desperta atenção. Dentro da historiografia brasileira, há uma quantidade significativa de pesquisas que tomam como objeto de estudo a intelectualidade e a sua participação em periódicos e instituições oficiais do Estado Novo. Contudo, nota-se uma lacuna nesses estudos pelo reduzido número de pesquisas que tratem de instituições culturais, especificamente, aquelas de caráter civil, que não pertenciam ao âmbito oficial, mas que desempenharam algum papel nesse arranjo. O regime contou com o apoio de intelectuais de fora do seu quadro oficial, que também souberam se organizar enquanto grupo em instituições culturais civis e em círculos editoriais de revistas e jornais. Nesse sentido, o Instituto Nacional de Ciência Política (INCP) e as revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política* surgem como objeto e fontes de análise histórica, cujo estudo permite contribuir para a compreensão da relação entre o Estado Novo e a intelectualidade brasileira.

No que se refere aos periódicos citados acima, o INCP contou com a publicação de uma revista mensal como veículo de difusão do seu discurso. Apuramos que a revista *Visão Brasileira* representou a instituição nos exemplares de agosto, setembro e outubro do ano de 1940. Já a *Ciência Política* foi publicada como órgão de imprensa do INCP entre novembro de 1940 a junho de 1945.

O artigo da historiadora Monica Pimenta Velloso intitulado *Cultura e Poder Político* (1982) tem sido a principal referência para a abordagem do INCP e da *Ciência Política*. Em seu texto, a autora analisa a “configuração do campo intelectual” no período, focando sua análise nas revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. Seu objetivo é compreender os mecanismos utilizados pelo governo de Vargas para a legitimação da estrutura política frente à opinião pública. Para isso, são analisados os papéis desempenhados por esses periódicos para tentar estabelecer como “O Estado penetra nos domínios da sociedade civil, assumindo claramente o papel de *direção* e *organização* da sociedade.” (VELLOSO, 1982, p. 72).

Monica Velloso interpreta o conteúdo das publicações e a construção dos discursos nas duas revistas, a fim de evidenciar sua tese de distinção de tarefas entre elas. Ou seja, a historiadora distingue, dentro do campo ideológico, as funções e os discursos presentes em *Cultura Política* e *Ciência Política*. A primeira, publicada pelo Departamento de Imprensa e

Propaganda (DIP), se apresenta como a revista oficial do regime. Para a historiadora, a *Cultura Política* estaria voltada para a reflexão e a *produção* do discurso oficial e do ideário estadonovista. Congregando a “elite intelectual” do período, seu discurso seria voltado para a os grandes intelectuais. Já a *Ciência Política*, publicação do INCP, teria como papel a *difusão* do pensamento do regime, atuando como propagandista da ideologia do governo. Logo, essa revista congregaria intelectuais de pouca projeção, estando voltada para o público em geral, para as tarefas práticas e de propaganda. É importante salientar que, dentro da historiografia, o artigo de Velloso é um dos poucos a tomar como tema de análise, mesmo que breve e comparativamente, a revista *Ciência Política*. Portanto, se o objetivo da autora é recuperar a identidade que perpassa distintamente os discursos presentes nas duas revistas, o INCP é colocado em segundo plano de análise e resumidamente<sup>2</sup>.

#### *O Instituto Nacional de Ciência Política: formação e estruturação institucional*

No exemplar de março de 1941, a revista *Ciência Política* publicou um texto assinado em nome do Instituto Nacional de Ciência Política, em que era comemorado o aniversário de um ano da fundação dessa instituição. A publicação mencionava ainda que sua sessão inaugural ocorreu em 25 de março de 1940.

Quando nos ocorreu a idéia de fundar o Instituto Nacional de Ciência Política, — ha precisamente um ano, — houve os timoratos, os ceticos e os indecisos que se opuseram ao tenteme [sic]. Todas essas resistências, porém, foram postas de lado e o Instituto se converteu em realidade. Contando, exclusivamente, com os esforços e a boa vontade de alguns amigos dedicados do Presidente Getulio Vargas, que aceitaram, desde o primeiro momento, a idéia e acreditaram na sua viabilidade, o Instituto foi fundado e instalado e as suas atividades tiveram inicio. (IDÉIA..., 1941, p. 3).

Na imprensa jornalística, os primeiros relatos a respeito do Instituto Nacional de Ciência Política começaram a ser registrados em julho de 1940. Assim, em 09 de julho daquele ano, o *Jornal do Brasil* publicou uma pequena nota acerca dos preparativos para a constituição formal do INCP, cujo objetivo apresentado era o de “estudar o pensamento dos nossos estadistas de maior influência na vida política do país” (INSTITUTO..., 1940a, p. 6). A notícia esclarecia que a organização dessa instituição estava em andamento, e anunciava sua fundação, dentro em breve, como entidade civil. O jornal ainda noticiava que, naquele dia, haveria uma sessão para os sócios fundadores elegerem a primeira diretoria e aprovarem os estatutos da entidade. Segundo a notícia, o Instituto

[...] está em preparativos para desenvolver intensa atividade na Capital Federal. Em sua séde, reuniram-se diversos dos seus membros para estudar as bases de vasto programa de ação. O Sr. Pedro Vergara apresentou um

programa de conferencias e debates, sugeridos pelas finalidades do Instituto. O desembargador Saboia Lima fez sentir a necessidade do Instituto manter uma revista para divulgar os seus trabalhos. O desembargador Benjamim Vieira propôs, também, um programa de ação que foi aprovado, como as demais sugestões. O Sr. Humberto Grande acentuou o valor dos estudos objetivos dos problemas nacionais. (INSTITUTO..., 1940a, p. 6).

Já em 11 de julho de 1940, o mesmo jornal divulgava a instalação da secretaria do Instituto e sua sede, localizada nas salas 302 e 303, no 3º andar do edifício Esplanada, endereçado na Rua México, nº 90, no Rio de Janeiro. Também divulgava a aprovação dos estatutos institucionais e a eleição da primeira diretoria, que ficou estabelecida pelos seguintes membros: M. Paulo Filho, Presidente; Pedro Vergara, 1º Vice-Presidente; José Pires do Rio, 2º Vice-Presidente; Atílio Vivacqua, 3º Vice-Presidente; Aldo Prado, Secretário Geral; Lucio Marques de Sousa, 1º Secretário; Benjamim Vieira, 2º Secretário; Hélio Gomes, 3º Secretário; e Humberto Grande, da Comissão de Organização e Propaganda (INSTITUTO..., 1940b, p. 10).

Algumas notícias publicadas na imprensa buscavam demonstrar a repercussão do início das atividades do Instituto como entidade cultural. Uma dessas publicações ressaltava que o presidente Getúlio Vargas havia sido comunicado, através de telegrama, sobre a fundação do INCP. Por intermédio do Secretário da Presidência, Luís Vergara, Vargas responde a M. Paulo Filho: “Constitui [uma] iniciativa digna [de] encômios pela sua alta finalidade [no] momento [em que] se mobilizam todas as nossas forças espirituais e econômicas para grande obra [de] reconstrução nacional [que] se acha empenhado [o] atual governo.” (INSTITUTO..., 1940d, p. 06). No mesmo sentido, diversas instituições culturais e órgão de imprensa da época enviaram cartas e telegramas à diretoria do Instituto, felicitando seus membros por sua fundação. Em nota publicada no *Jornal do Brasil*, é divulgado o recebimento de mensagens do Instituto Brasileiro de Cultura, da Federação das Academias de Letras do Brasil, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e da Associação Brasileira de Imprensa (INSTITUTO..., 1940d, p. 06).

No que se refere às atividades culturais do Instituto, seu núcleo central, ao longo dos anos de 1940 a 1945, se caracterizou por promover conferências, estudos e debates realizados semanalmente aos sábados, às 17 horas, no Auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio. Assim, em 27 de julho de 1940, o INCP iniciava seu programa de estudos com a sessão inaugural de conferências a cargo do jurista Jorge Severiano, sobre o tema “Getúlio Vargas e a ordem jurídica”, assunto que foi debatido na mesma sessão pelos demais convidados da mesa. A primeira sessão ainda assumiu o caráter de solenidade com o discurso inaugural realizado pelo segundo vice-presidente, José Pires do Rio, publicado na revista *Visão Brasileira*. Além de apresentar os objetivos a que se propunha o INCP enquanto entidade

cultural, seu discurso apresenta outro elemento importante a ser destacado nesta pesquisa. Segundo Pires do Rio,

[...] coube-me a honra de falar nesta reunião, honra imposta pela gentileza do 1º vice-presidente, cuja palavra é a que se deveria ouvir, por lhe ter cabido a maior responsabilidade na fundação de nosso Instituto, iniciativa inspirada por claro imperativo de patriotismo. (RIO, 1940, p. 50).

Ainda que isso não esteja explícito nas páginas das revistas *Visão Brasileira e Ciência Política*, Pedro Vergara é o fundador e o idealizador do INCP. Pedro Leão Fernandes Espinosa Vergara nasceu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 18 de junho de 1895. Em 1917, formou-se em ciência jurídicas e sociais, pela Faculdade de Direito de Pelotas e passou a exercer a advocacia e a atuar como promotor público. Na carreira política, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte, pelo Partido Republicano Liberal, em 1933. Entre os anos de 1934 a 1937, atuou como deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul. Entre 1943 e 1945, atuou como procurador-adjunto do Ministério Público Federal<sup>3</sup> (VERGARA, 2001, p. 6024-6025).

Em outros textos publicados nas revistas, Pedro Vergara também é mencionado como principal agente de fomentação dessa instituição. O professor Mauricéia Filho (1941, p. 65) ao abordar a inspiração que o Estado Novo fornecia à cultura e o conseqüente “surto de Renascimento” na “intelectualidade brasileira”, afirmava que “[...] o Instituto Nacional de Ciência Política, que a inteligência incomum de Pedro Vergara consubstanciou nesta esplendida realidade, é realmente um dos reflexos mais nítidos do atual panorama cultural do país.” Já o professor Pio B. Ottoni (1941, p. 142), em conferência pronunciada em 13 de março de 1941, afirmava “[...] a inconfundível figura, aqui presente, do idealizador, criador e impulsionador do Instituto Nacional de Ciência Política, o modelo de dedicação e operosidade, o Sr. Dr. Pedro Vergara.”

Em relação às atividades de conferências e debates, as sessões culturais semanais realizadas na ABI apresentavam uma organização interna, que pode ser verificada na seção dedicada às *Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política*, publicada nas páginas das revistas *Visão Brasileira e Ciência Política*. Em sua composição, a mesa era presidida por algum membro da diretoria do INCP, além dos convidados e/ou dos palestrantes daquele dia. Durante seus cinco anos de atuação, diferentes personalidades oficiais e figuras de destaque da sociedade brasileira foram convidadas a participar das reuniões organizadas pelo Instituto no Rio de Janeiro, entre eles: diversos representantes do presidente da República, como Geraldo Mascarenhas e Ângelo Nolasco de Almeida; os generais Góis Monteiro, Meira de Vasconcelos e Eurico Gaspar Dutra; o diplomata Paulo Hasslocher e os interventores de Santa Catarina e

Bahia, respectivamente, Nereu Ramos e Landulfo Alves. O INCP também divulgava na imprensa carioca o convite para o público participar das suas sessões no Rio. No registro de suas *Atividades* presente nas revistas, é expressado que a plateia na ABI se constituía de um “seleto auditório que enchia literalmente” o salão. As “concorridas sessões” transcorriam com as falas de pelo menos três oradores previamente inscritos, sendo que o orador principal discursava por um espaço de até uma hora, enquanto que aos demais era reservado o tempo estimado de dez minutos. Os temas versavam sobre as principais pautas em voga na sociedade brasileira, mas não se encerravam em uma temática principal. Por vezes, as sessões retratavam algum tema específico e/ ou comemorativo, como o aniversário do presidente Vargas, o aniversário da Revolução de 1930, a Semana da Pátria, o Dia do Trabalhador etc., além dos discursos proferidos por Getúlio Vargas em ocasiões oficiais, solenidades e comemorações nacionais, que também eram utilizados como mote para as conferências.

Um aspecto importante a ser mencionado se refere ao fato de que, desde o início de sua formação, o INCP buscou definir sua posição encomiástica em relação ao regime, seguindo inclusive as orientações do principal órgão de censura e propaganda do Estado Novo, o DIP. Em texto assinado em nome do Instituto e publicado no exemplar de março de 1941 da *Ciência Política*, entre os objetivos da fundação daquela instituição cultural,

[...] o mais importante, sem dúvida, é o de congregar as elites intelectuais, em torno do pensamento do Estado Novo, de acordo com a fecunda orientação já posta em prática, por outras instituições, de natureza oficial, “signanter”<sup>4</sup> o Departamento de Imprensa e Propaganda, cuja obra benemerita, nesse sentido, é de todos os brasileiros, suficientemente conhecida e aplaudida. (IDÉIA..., 1941, p. 4).

É importante salientar que, num primeiro momento, a fundação do Instituto parece ter despertado incerteza e desconfiança por parte do diretor do DIP, Lourival Fontes. Em quinze de maio de 1940, dois meses antes do início das atividades do INCP, em correspondência encaminhada ao então presidente Getúlio Vargas, Pedro Vergara agradecia sua nomeação para o Ministério Público do Distrito Federal e afirmava que, como forma de agradecimento, retribuiria colocando sua ação e seu pensamento à disposição de Vargas, “para tudo o que for necessário, a bem do seu grande nome, da sua obra de governante, dos serviços inestimáveis” prestados à pátria pelo então presidente (VERGARA, 1940g). No mesmo documento, Vergara explicitava e reiterava a fundação do Instituto, explicando que

Infelizmente, essa iniciativa não foi suficientemente compreendida pelo Dip, que lhe negou apoio, sob a inexata arguição de lhe pertencer a ideia, que teria sido por mim deturpada (ainda bem!). É certo, Sr. Presidente, haver chegado ao meu conhecimento, de modo indireto, que o Sr. Lourival Fontes pretendia fundar no país uma “Academia de cultura política”. (VERGARA, 1940g).

Pedro Vergara buscava desvestir o INCP de qualquer traço que permitisse a Lourival Fontes identificar naquela instituição uma ameaça ao governo, e criticava a iniciativa “inexperiente” do diretor do DIP de fundar uma “[...] academia, num momento de ação, de luta, de dinamismo e, especialmente, de descida a todas as camadas de opinião e de proselitismo em todos os meios que possam ser arregimentados [...]”. Vergara explicava que sua iniciativa não colidiria com a ideia de Fontes e as duas poderiam até mesmo coexistir e se completar, pois o Instituto faria aquilo que uma academia não poderia realizar. Logo, pode-se compreender que, na visão de Vergara, a formação de uma academia no contexto em que se encontravam representava o retorno ao imobilismo intelectual da torre de marfim dos primeiros anos da República, que isolava os homens de letras da realidade social brasileira, enquanto que a formação de uma instituição como o INCP teria um caráter mais enérgico de atuação na sociedade. Vergara afirmava, então, sua convicção de que toda a “propaganda das ideias, das ações e dos fins” objetivada por Getúlio Vargas “como homem de Estado, deve ter um caráter privado, ou pelo menos parecer que o tem.” (VERGARA, 1940g). Essa posição em relação à propaganda geraria um triplo efeito, segundo o autor da carta,

O primeiro efeito desse sistema é criar núcleos de opinião que deem aos indiferentes de hoje e companheiros de amanhã e aos adversários não devorados pelo ódio e pela ambição, a sugestão dos movimentos espontâneos, naturais, independentes. O segundo efeito é criar, por toda parte, um ambiente de palpitação, de interesse, de evidencia, em torno da ação política e da obra governamental de v. exc. O terceiro efeito é criar, por assim dizer, uma “ponte”, não oficial, por onde possam aderir a v. exc. os indiferentes e os adversários, que desejam fazê-lo, com dignidade, mas não o podem, porque ninguém os procura, e têm receio de começar, eles próprios... (VERGARA, 1940g).

O documento expunha “com maiores minúcias, quais são as verdadeiras finalidades” de Pedro Vergara com a criação do Instituto, ou seja, oportunizar um espaço de propaganda e de opinião para todos aqueles não encontravam lugar na oficialidade do regime – um “órgão sintonizador de opinião”. Para atingir esse objetivo, Vergara apresentava suas pretensões de organizar o Instituto em todas as capitais do país e em cidades do interior.

[...] de sorte que, necessariamente, num dia determinado de cada semana, em todo o país, à mesma hora, em cerca de dois mil centros urbanos, haja um orador na tribuna que esteja discorrendo sobre as ideias de v. exc., que esteja expondo ao auditório o que v. exc. fez pelo Brasil, que esteja explicando o sentido, o alcance, as vantagens das suas atitudes políticas, das suas leis mais discutidas, das suas intenções por ventura deturpadas. (VERGARA, 1940g).

Portanto, essa correspondência anunciava as aspirações de Vergara em fundar uma instituição de caráter propagandístico em direção ao regime estado-novista, constituída como

uma “rede capilar de opinião”, “sem o caráter partidário” e federalizada em sua direção central, no Rio de Janeiro (VERGARA, 1940g). Mesmo considerando a brevidade do documento e o fato de desconhecermos uma possível resposta do presidente Vargas, a carta de Pedro Vergara evidencia em seu conteúdo um importante relato sobre o contexto intelectual da década de 1940. A argumentação do correspondente apresenta alguns elementos que caracterizam e exemplificam dois pontos fundamentais de análise neste artigo, ou seja, sobre as relações que os intelectuais brasileiros estabeleceram entre si e sobre a relação dessa intelectualidade com o Estado.

Outra característica peculiar dessa instituição, já apontada na análise da correspondência de Pedro Vergara ao presidente Getúlio Vargas, se refere a sua estrutura institucional. Uma das suas pretensões com a fundação dessa instituição era a de estruturá-la em subseções em diferentes cidades do Brasil. De acordo com Vergara (1942, p. 5), o INCP no início era “[...] uma organização de vida limitada ao Rio de Janeiro; e somos hoje uma federação de agrupamentos similares, que pensamos e lutamos em comum, para a execução do mesmo programa e ideias, de ação, de fé e de entusiasmo [...]”. Neste texto, ele enumera as seções existentes em Paulicéia, no estado de São Paulo, a cargo de Abner Mourão, Gofredo da Silva Teles, Menotti Del Picchia e Raul Guastini; e em Curitiba, no estado do Paraná, sob a presidência de Oliveira Franco. Através do mapeamento realizado para esta pesquisa, foi possível listar algumas dessas seções do INCP, além de identificar a composição de suas diretorias de forma mais criteriosa<sup>5</sup>.

Assim, identificamos que em dezembro de 1940, Pedro Vergara viajou para o estado do Rio Grande do Sul, onde organizou a fundação das seções nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande<sup>6</sup>. Já em 22 janeiro de 1941, Vergara autorizou o sócio do INCP, o professor, escritor e jornalista Jorge O. de Almeida Abreu, a fundar uma divisão dessa instituição em Niterói, no Rio de Janeiro<sup>7</sup>. Outra seção do INCP foi instalada no Amazonas, em 19 abril de 1944, por iniciativa do sociólogo e escritor Leopoldo Peres<sup>8</sup>.

As atividades do INCP ainda foram ampliadas com a organização de seções em sua sede no Rio de Janeiro, como a Seção Universitária, fundada em 24 de agosto de 1940, por estudantes das escolas de ensino superior<sup>9</sup>. Já a Seção dos Professores Secundários foi instalada em 28 de dezembro de 1940, sob a presidência do professor Adriano Pinto. A revista *Ciência Política* não apresenta informações acerca da diretoria dessa seção, porém uma nota publicada no *Jornal do Brasil* afirmava que a seção do magistério secundário do INCP contava com “[...] 160 adesões de professores, de quase todos os estabelecimentos de ensino fundamental e complementar do Distrito.” (INSTITUTO..., 1940f, p. 09).

Nossa abordagem busca assinalar que o Instituto caminhou progressivamente para sua organização enquanto entidade civil de caráter nacional, através da fundação de seções regionais que possibilitassem a formação de uma rede de debates e de reflexão em todo o país. Essa ramificação regional permitiu ao INCP ampliar seu espaço de debates para além das conferências semanais realizadas na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio e se fixar institucionalmente no contexto do Estado Novo.

Apontamos ainda que o ambiente de fermentação intelectual desenvolvido no interior do INCP parece ter favorecido o surgimento de um órgão de imprensa oficial, pois a intensa agenda de conferências realizadas pela instituição em sua sede e nas seções regionais produziu um grande número de comunicações. A *Visão Brasileira* e a *Ciência Política* eram publicadas mensalmente e tinham o caráter de boletim mensal de divulgação das conferências e demais atividades realizadas pelo INCP. No sentido de exemplificar essas colocações, através do mapeamento dos sumários de novembro de 1940 a maio de 1945 da revista *Ciência Política*, esta pesquisa conseguiu identificar cerca de quinhentos e quarenta e seis (546) trabalhos publicados por trezentos e dez (310) autores diferentes. Em nosso ponto de vista, a publicação dessas revistas demonstra a tentativa de um maior alcance da divulgação das atividades do INCP, ou seja, através delas o movimento de ideias promovido pela instituição não se restringiria ao seu meio, mas circularia por ambientes além do seu centro de efervescência, ampliando a inserção desse grupo no meio intelectual e cultural dos anos de 1940.

#### *Uma “escola de patriotismo”: espaço de sociabilidade intelectual*

Até o momento, o presente artigo analisou de que modo se deu a fundação, a estruturação institucional e a ramificação regional do Instituto Nacional de Ciência Política. Porém, buscamos compreender também quais os objetivos que levaram esse grupo de indivíduos a fundar uma instituição no contexto histórico em que se encontravam, e quais os princípios que serviram de base para a sua constituição. Com o auxílio conceptual do historiador francês Jean-François Sirinelli, acreditamos que seja possível estabelecer uma chave de entendimento para definir o perfil dos indivíduos pertencentes ao núcleo das atividades do INCP em sua sede e nas seções regionais, e interpretar a formação desta instituição enquanto espaço de sociabilidade intelectual. Nessa perspectiva, este trabalho se insere no âmbito da História dos Intelectuais, pois orienta suas análises para a compreensão do alinhamento de parte da intelectualidade brasileira ao governo do Estado Novo, assim como, no sentido de caracterizar esses intelectuais a partir do seu papel, atividades e funções na sociedade brasileira.

A História dos Intelectuais permite ao historiador abrir um leque de possibilidades de pesquisa para os mais variados objetos que, em comunicação com diversas áreas do conhecimento, se desdobra em reflexões sobre temas até então ignorados. Essa abertura da historiografia se deve à renovação – ou renascimento – da História Política a partir dos 1960 e 1970. Após anos de ostracismo frente à valorização, pelo movimento dos *Annales*, de outros campos da História como o econômico e o social, a História Política retornou à historiografia consciente de que,

[...] se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. (RÉMOND, 2003, p. 35-36).

Esse retorno dos estudos no campo do político trouxe consigo o debate a respeito do papel dos intelectuais enquanto atores do político. Segundo Sirinelli (2003, p. 237), a partir da década de 1970, a História dos Intelectuais e seus objetos de estudo saíram do “ângulo morto” e as pesquisas nessa área conseguiram alcançar a legitimidade científica e o “interesse da corporação dos historiadores”. Esse nascimento, “mais que um renascimento”, se deveu ao novo olhar lançado sobre o espaço à parte ocupado pelos intelectuais na sociedade, que trouxe consigo “problemáticas novas”, “pistas inéditas” e “instrumentos específicos”. Os estudos históricos sobre a intelectualidade ganharam força entre os historiadores, tornando-se um campo autônomo e aberto “situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.” (SIRINELLI, 2003, p. 232).

A perspectiva de Sirinelli (2003, p. 234-235), para o qual os intelectuais são entendidos como “um grupo social de contornos vagos”, inseridos em um universo estreito, de “número reduzido” e pertencentes às “elites”, nos auxilia na definição de uma identidade para a intelectualidade reunida em torno do Instituto. Adotamos seu conceito de intelectual, cuja noção é “ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais”, e nos permite compreender de forma mais abrangente o grupo que compunha essa instituição. Nesse sentido, o historiador nos apresenta sua compreensão para o conceito de intelectuais enquanto “criadores” ou “mediadores” culturais: “[...] à primeira categoria pertencem os que participam na criação artística e literária ou no progresso do saber, na segunda juntam-se os que contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos dessa criação e desse saber.” (SIRINELLI, 1998, 261).

Outro conceito instrumentalizado neste artigo, que utilizamos para compreender o ambiente constituído pelo Instituto e pela revista *Ciência Política*, é o de espaço de sociabilidade. Para Sirinelli,

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidade mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidades difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Nesse sentido, percebemos que periódicos como a *Ciência Política* representavam importantes veículos de propaganda durante o Estado Novo, e um espaço de atuação da elite intelectual que apoiava as políticas propostas pelo governo. As redações de revistas e as instituições de cultura constituíram importantes espaços de articulação da elite intelectual em redes, entendidas aqui como estruturas elementares de sociabilidade. Ainda nessa perspectiva, observa-se que “[...] uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.” (SIRINELLI, 2003, p. 249). Sirinelli ainda apresenta outras duas acepções que aprofundam a definição das estruturas elementares de sociabilidade.

Mas a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As "redes" secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo "redes" que estruturam e "microclima" que caracteriza um microcosmo intelectual particular (SIRINELLI, 2003, p. 253-254).

Portanto, a ideia de “espaço de sociabilidade” é compreendida pelo historiador enquanto o espaço físico em que estão inseridos esses indivíduos, ou seja, o *microcosmo* intelectual. No caso da pesquisa apresentada neste artigo, o Instituto se configuraria como um microcosmo, ou seja, a “estrutura” necessária para a constituição desse grupo. Essa estrutura também se forma enquanto afetividade, isto é, reúne intelectuais que partilham afinidades e sensibilidades que correspondem aos ideais que congregam esses indivíduos. Logo, essas redes de relações expressariam o *microclima* do movimento ideológico, político e cultural presente no período do Estado Novo, e refletido no interior do Instituto.

Com a metodologia de análise de conteúdo das revistas *Ciência Política* e *Visão Brasileira*, pudemos compreender a complexidade e as peculiaridades que permeiam a formação do Instituto. De acordo com o que já foi exposto até agora, esta pesquisa identificou alguns dos diferentes níveis de participação no interior dessa instituição. O círculo principal do

INCP era formado pelos sócios fundadores da sede no Rio de Janeiro, e que também se organizaram como diretoria, ou seja, são aqueles indivíduos que participaram da gênese da instituição; em seguida identificamos os membros das diretorias regionais, e por fim constatamos um grande número de colaboradores que participavam como conferencistas e que, posteriormente, tiveram seus trabalhos publicados nas revistas. Um perfil inicial para esses indivíduos, através do mapeamento dos fundadores, sócios fundadores e demais integrantes das diretorias das seções do INCP buscou compreender a formação e/ou a profissão desses intelectuais naquele momento. Entre eles, encontramos acadêmicos, advogados, engenheiros, escritores, funcionários públicos, jornalistas, juristas, professores, promotores e militares. As informações coletadas em nossas análises, portanto, nos permitem caracterizá-los como um grupo de contornos vagos, pois reunia indivíduos de diferentes formações e profissões, de número reduzido e pertencente às elites letradas.

De acordo com Pedro Vergara (1942, p. 3), no início das atividades daquele “cenáculo de cultura e patriotismo” no Rio de Janeiro, se reuniram os primeiros membros do Instituto para lhe darem forma e vida a “um pugilo de homens, cuja posição social estava longe de ser brilhante”, e indicando os nomes daqueles fundadores, identifica suas formações e posições sociais.

[...] eu (Pedro Vergara), um promotor público obscuro, como ainda hoje o sou; Lúcio Marques de Souza, um bacharel, que vacilava entre o magisterio e a advocacia, tentando uma carreira; Humberto Grande, professor de humanidades; Renato Travassos, um poeta e um jornalista de profissão; Aldo Prado, um advogado que iniciava a sua luta no fôro; Atilio Vivaqua, um humanista e um jurista de talento, que viera da Província e que a metrópole desconhecia; Benjamim Vieira, com a sua cultura geral, o seu ímpeto verbal e o seu amor ao direito, que não se tinha firmado, ainda, na cátedra universitária; Hélio Gomes, o médico-legista, que não havia pronunciado ainda as suas conferências mais substanciais e que ainda não havia escrito as suas obras científicas mais compendiosas; Rubinstein Rolando Duarte, esse rapaz inquieto e culto, que andava em busca do destino. (VERGARA, 1942, p. 3-4)

Segundo o professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, membro da Comissão de Organização e Propaganda do INCP e secretário da revista *Ciência Política*, Humberto Grande, o Instituto queria criar uma atmosfera cultural no Estado Novo. A consciência do pertencimento desses indivíduos às elites esclarecidas, e do seu papel diferenciado no contexto de transformações pelas quais vinha passando a sociedade brasileira no regime, impunha-lhes a fomentação de um “movimento de ideias” que estruturado em um “centro de estudos nacionais” viesse a “[...] agregar os homens de ação e os homens de pensamento dentro de uma mesma finalidade com o firme objetivo de divulgar no país todo umas tantas verdades vitais para o povo brasileiro.” (GRANDE, 1941a, p. 10).

Logo, na pesquisa que se apresenta, procuramos identificar os intelectuais pertencentes ao núcleo do INCP como “mediadores culturais”, conceito que abrange “tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito.” (SIRINELLI, 2003, p. 242). Essa tomada de posição conceitual nos permite alargar a visão acerca da identidade intelectual desse grupo, orientando nossas análises para compreensão dos papéis de difusores e vulgarizadores do pensamento do regime desempenhados por esse grupo. O presidente Vargas, ao agradecer a visita de membros INCP no Palácio do Catete em novembro de 1940, afirmava que eles estavam “[...] colaborando com o Governo, na difusão, na vulgarização dos ensinamentos da doutrina do novo regime.” (PALAVRAS..., 1940, p. 4). Esse parece ter sido um dos principais objetivos do INCP, ou seja, reunir intelectuais em torno do pensamento do Estado Novo e promover através de estudos, debates e outras atividades, a propaganda do projeto político, cultural e ideológico do regime. Funcionando como uma vitrine, o INCP possibilitava mais um espaço de visibilidade e ascensão para intelectuais mediadores definidos por Vergara como “obscuros”, “vacilantes”, “provincianos”, iniciantes em suas profissões e sem grande projeção na sociedade.

É possível enxergar que esses intelectuais estavam em busca de um espaço de atuação nas arenas políticas e intelectuais do Estado Novo. Nesse sentido, concordamos com a pesquisa de Monica Velloso (1982, p. 78), pois percebemos que a composição do INCP constitui-se de intelectuais de “pouca projeção”, aos quais cabiam “[...] as tarefas práticas da propaganda, no sentido de difundir para o conjunto da sociedade o ideário já estabelecido.” Isso não significa dizer que a pesquisa desses intelectuais de menor projeção e mediadores culturais tenha valor inferior se comparada com as que examinam os “grandes intelectuais” do regime. Pelo contrário, através de estudos que analisem os intelectuais envolvidos na difusão do ideário político do regime é possível ter uma melhor compreensão histórica da efetiva criação de instâncias sociais de projeção, socialização e reconhecimento dos letrados fora dos limites oficiais do Estado.

Um ponto importante a ser discutido nesta trama é o fato de que além do núcleo central, havia aqueles que podem ser considerados simpatizantes do ambiente constituído pelo INCP, mas que não pretendiam se associar aos quadros dessa instituição, como no caso dos conferencistas convidados para participar como oradores nas sessões semanais na ABI, ou em alguma divisão regional do Instituto. Verificou-se também que essa instituição buscava se aproximar dos “grandes intelectuais” da época, ou seja, é possível perceber a presença, mesmo que tímida, dos ideólogos do regime em sua estrutura<sup>10</sup>. É o caso do sociólogo Oliveira Vianna que, a convite da seção de Niterói do INCP, tem seu nome registrado como presidente dessa seção quando de sua fundação em 1941. Porém, ao contrário do que afirma o antropólogo Luiz

de Castro Faria (2002, p. 132-133), e apesar da importância e do “[...] lugar ocupado por Oliveira Vianna durante o Estado Novo [que] possibilitou a catalisação de uma enorme força de imposição do seu discurso e interesses intelectuais” principalmente quando de sua “incorporação na burocracia do Estado”, sua indicação para presidente da seção de Niterói não significou que o Instituto [Nacional] de Ciência Política tenha sido criado como um órgão de difusão das ideias de Oliveira Vianna, em específico, ou de qualquer outro intelectual que pertencesse ao centro do poder. A pluralidade de conferencistas e a figuração de intelectuais já consagrados indica a busca do INCP por uma maior legitimação no conjunto da sociedade.

O último ponto a ser destacado neste artigo se refere aos ideias que mobilizavam o Instituto. Como foi abordado no início do texto, o Estado Novo promoveu um novo tipo de relação com as elites intelectuais, trazendo-as para o centro de reflexão e execução do seu projeto de construção de uma nova sociedade enquanto nação. Essa abertura à intelectualidade produziu uma mudança entre essas elites, permitindo a tomada de consciência de si e de sua posição social. Logo, o discurso em torno do espírito de responsabilidade social, nacionalismo, civismo e patriotismo tomou conta das atividades desses indivíduos. Se grande parte da historiografia se dedica ao estudo dos intelectuais que atuavam em órgãos e periódicos oficiais, desviar o foco para aqueles que atuaram fora das estruturas oficiais do governo permite compreender a abrangência das políticas e das ideologias desenvolvidas pelo Estado Novo.

Sob esse espírito de transformação e de responsabilidade parecem ter se movimentado os intelectuais para fundar o INCP. Em texto publicado no primeiro número da revista *Visão Brasileira* dedicado ao Instituto, Pedro Vergara, em tom quase profético, afirmava,

E o que será a obra dessa novel instituição cultural, – os fatos o irão dizer, dentro e pouco. Organizado na capital da Republica e difundido em seções, por todas as capitais e cidades importantes do país, – ele agitará, por toda parte, desde o Acre até o Rio Grande do Sul, as ideias que interessam os destinos da Pátria e que foram o sonho e a ação dos estadistas brasileiros, nas diferentes fazes da nossa história. Esse estudo e esse debate estava sendo reclamado, de há muito, às nossas elites intelectuais. Era uma exigência que lhes faziam os deveres da cidadania e os supremos interesses da Pátria. Elas não poderiam mais ater-se, apenas, às simples criações literarias e às meras agitações especulativas. (VERGARA, 1940, p. 1).

Logo, segundo o idealizador do INCP, essa instituição tinha como objetivos estudar a vida nacional e as realizações dos seus estadistas, atividade que se impunha aos seus intelectuais como uma exigência da sua posição social de elite esclarecida. Na prática, vê-se a tomada da arena política pela elite intelectual apoiadora de Vargas, que, munida pela conscientização do seu papel na sociedade brasileira, se coloca a “trabalhar com o melhor de suas energias, com todo o seu esforço, com a seiva magnífica da sua inteligência” com vistas à “construção de uma

grande pátria, para fazer do Brasil um grande povo”. Quando da fundação dessa instituição, seus membros foram chamados a colaborar com estudos e exames acerca da realidade do país, e a valorizar a ação “heroica e patriótica” dos estadistas brasileiros (VERGARA, 1940, p. 4).

Esses objetivos eram orientados por uma diretriz ideológica em comum, o patriotismo, que fez com que esse grupo se reunisse para constituir um espaço de estudos e ação intelectual. Essa ênfase nos problemas nacionais impulsionava seus membros a buscar compreender as transformações da sociedade brasileira ao longo da sua história, e constituir um espaço discursivo para estudar a obra e o pensamento político do presidente Getúlio Vargas.

Estudaremos a nossa terra, para compreender a nossa gente. Estudaremos o passado, para compreender o presente e melhorar o futuro [...].

Meditaremos as palavras do atual Chefe da nação, homem que observa com inteligência e fala com sinceridade.

Em seus discursos, encontraremos a principal fonte de ensinamentos para o Instituto Nacional de Ciência Política. (RIO, 1940, p. 51).

No exemplar de novembro de 1940 da *Ciência Política*, o professor Humberto Grande apresentou as diretrizes nacionais do INCP que definiam o programa de ação dessa instituição na cultura brasileira, através do estudo dos problemas nacionais. Para Grande (1940a, p. 11), a realidade nacional da época exigia uma “visão realista e objetiva dos fatos sociais” e a atuação “dentro de um programa de ação muito bem estabelecido”. Para tanto, ele propunha um “[...] vigoroso programa de ação e um corpo de ideias-forças, capazes de despertarem as grandes energias potenciais do nosso povo.” As cinco diretrizes nacionais do INCP afirmavam:

1ª – A cultura brasileira em ação requer, para realizar algo importante, diretrizes justas e acertadas na esfera política, econômica e social. Estas para ser bem definidas implicam sérios estudos objetivos, observação sociológica e investigação da psique nacional;

2ª – Para se afirmar, nesta época, a cultura brasileira exige um Movimento Cultural Brasileiro, que é elemento imprescindível para despertar a consciência da nação. A propaganda desse movimento deve ser feita nas escolas, colégios e universidades; na imprensa, rádio e conferência pública; nas sociedades quarteis e demais instituições sociais;

3ª – Constituir-se-á o Movimento Cultural Brasileiro de movimentos idênticos nos diferentes Estados do País; esse processo tornará conhecido nos seus variados aspectos sociológicos, porque implica estudos sérios e objetivos, procedidos em toda a nação;

4ª – Impõe-se a obrigatoriedade da Cultura Brasileira à elite nacional, que não pode continuar na ignorância de assuntos nossos. No Brasil, as classes cultas de todas as especialidades, devem saber a respeito dos problemas brasileiros [...];

5ª – Para traçar um programa de ação dentro de bases realistas, a cultura brasileira tem que contar com o conhecimento da realidade social contemporânea e com o conhecimento dos problemas nacionais, para, deste modo, definir o papel do Brasil na América e no Mundo. (GRANDE, 1940a, p. 11-12).

As diretrizes nacionais do INCP orientavam suas atividades para o estudo dos problemas nacionais e para a interpretação da cultura brasileira. Propunham a valorização do nacional

através de um amplo movimento que se alastrasse por todo o país, exigindo a presença das elites intelectuais nos seus assuntos. Como já vimos, um grande número de intelectuais se associou em alguma medida ao INCP, seja como sócio e colaborador ou como convidado para os debates e conferências realizados na ABI, ou em alguma das suas seções regionais. Isso significa certo engajamento e concordância com os ideais dessa instituição que, por sua vez, estava de acordo com o projeto político do regime.

O Instituto Nacional de Ciência Política é uma instituição que quer familiarizar o nosso povo com os grandes problemas nacionais; constitui uma organização cultural que deseja ser útil ao país, congregando a elite brasileira para orientar a nossa gente. Quer esclarecer a opinião da nação quanto aos seus magnos problemas. Sinceramente deseja colaborar com os poderes constituídos para a grandeza da pátria. (GRANDE, 1940b, p. 5).

O INCP representava a tentativa por parte da intelectualidade de constituir um movimento de organização da sociedade brasileira, ou seja, a busca pela definição da cultura e da identidade nacional, elementos fundamentais para a concepção da nação. A formação de um *locus* que reunia intelectuais com as mesmas afinidades e o mesmo espírito de transformação assumia ainda o caráter científico e pedagógico, como espaço de fermentação de ideias, ou seja,

Os grandes problemas nacionais estão sendo estudados de modo sistemático com muito realismo e critério científico. É dentro dessa orientação que os seus sócios se paparam para ser útil à nossa grande pátria, certos de que o país, agora mais do que nunca, necessita de homens de ideias e convicções, porque são estes os únicos que lutam com abnegação e denodo para alcançar os seus objetivos. Assim esta instituição é uma verdadeira escola de patriotismo, visando formar a nova mentalidade da nação dentro de um programa sério de estudos e realizações, pois, nenhuma instituição progride sem uma finalidade bem determinada. (GRANDE, 1940b, p. 5, grifo nosso).

Assim, enquanto espaço geográfico – ou microcosmos – de um conjunto de intelectuais, o INCP caracterizava a si próprio como uma “escola de patriotismo” – ou estrutura elementar de sociabilidade – a serviço do Estado Novo e da nação. Valores como o nacionalismo, entre outras afinidades intrínsecas às redes de relações desses indivíduos, permitem compreender o microclima que os congregava afetivamente. Definindo-o como um espaço de sociabilidade, podemos apreender que os membros do INCP se movimentaram entre as arenas política, cultural e intelectual dos anos de 1940 a 1945, se destacando enquanto espaço de fomentação do pensamento intelectual brasileiro.

Para compreender o patriotismo pregado pelo INCP é preciso perceber que a definição de “amor à pátria” estava sendo traduzida pelos membros dessa instituição como um sentimento “criador e fecundo” que deveria resultar em “atos e realizações”, transfigurando-se em um

patriotismo entendido como “esclarecido” e mesmo “consciente e cultural”. O engajamento na formação de uma escola voltada para os valores nacionais se desdobrava na execução de um programa de “educação cívica” que objetivava o “engrandecimento da pátria” (GRANDE, 1940b, p. 5-6). O caráter pedagógico do INCP se refletia nas conferências promovidas ao longo dos seus cinco anos de atuação, que caracterizaram esse espaço como um centro de estudos de caráter nacionalista. No início das atividades do INCP, em março de 1940, suas reuniões não contavam com grande número de oradores e ouvintes no auditório da ABI. Com o passar do tempo, a instituição ganhou destaque na sociedade, e despertou o interesse das camadas intelectuais, tanto que, um ano após sua criação, o INCP já havia realizado setenta e duas conferências e contava com oradores inscritos para todo o ano de 1941 (IDEIA..., p. 1941, p. 4).

O apoio ao pensamento e ao projeto político estado-novista se tornou mais evidente com o desenrolar das atividades da instituição. Logo, se objetivo do INCP era congrega a elite intelectual para estudar e refletir sobre a obra dos grandes estadistas brasileiros, a ênfase desses estudos recaia em Getúlio Vargas e em seu governo, perspectiva que se desdobrava na propaganda política realizada através das páginas das revistas *Visão Brasileira e Ciência Política*. A propaganda política do governo pode ser constatada pelos estudos e conferências publicados nessas revistas, cujas temáticas refletem sobre diferentes aspectos do Estado Novo, enaltecendo o caráter das realizações e transformações sociais operadas pelo regime. O culto à figura do presidente Vargas como personificação do homem de Estado é um ideal constante nessas publicações, que mostravam “o vulto da sua obra administrativa”, e a “[...] clarividência do seu pensamento político, a coerência das suas atitudes públicas, a lealdade das suas promessas, a sua energia e o seu equilíbrio, a sua tenacidade e a sua tolerância [...]”. (VERGARA, 1944, p. 11).

O enaltecimento da figura do presidente Vargas e do regime perpassou toda a existência do Instituto, e esse apoio se tornou ainda mais incisivo no último ano do governo, quando do enfraquecimento do Estado Novo e da crescente perspectiva de mudança do cenário político, que faziam da sucessão presidencial uma realidade. Em março de 1945, na cerimônia de comemoração do quinto aniversário de fundação da instituição, Vergara afirmava em um longo texto em apoio a Vargas que,

[...] o Instituto Nacional de Ciência Política é o mesmo de ontem; e de novo se reúne, aqui, nesta festa de fraternidade; aqui estamos, outra vez, com a exaltação do primeiro dia em que nos reunimos, cheios, ainda, da mesma consciência do dever civil, para reiterar a nossa fidelidade ao pensamento de Getúlio Vargas, e para dizer ao Brasil que não silenciaremos, que não

ficaremos parados no caminho, que não renegaremos o chefe e o amigo. (VERGARA, 1945, p. 8).

Assim, a presença dessa instituição civil no contexto do Estado Novo significou o apoio ao projeto político do governo de Vargas, através da participação de seus intelectuais, que atuaram também como difusores e propagandistas do regime. Porém, é importante compreender que as atividades do INCP não se limitavam a suas conferências e debates realizados semanalmente na Associação Brasileira de Imprensa, ou em suas seções regionais. Enquanto organização cultural e intelectual, essa instituição buscou desenvolver um extenso programa de atividades em diversos setores sociais, saindo dos limites da sua estrutura institucional. Algumas dessas iniciativas do INCP incluíram a montagem de uma biblioteca que reunia várias obras recebidas em sua sede ao longo dos anos. A partir do exemplar de outubro de 1941 da revista *Ciência Política*, se iniciou a publicação de uma seção de “Bibliografia”, onde consta a relação das obras recebidas em sua biblioteca.

O INCP também organizou cursos de conhecimento jurídico para um público específico, como o Curso do Código Penal iniciado em abril de 1941 e ministrado por juristas que estudaram o código brasileiro em seus diferentes aspectos. Esse curso, seus ministrantes e os temas abordados em cada conferência realizada no curso estão detalhados no número de agosto de 1941, da revista *Ciência Política*.

No que se refere ao apoio e propaganda ao regime estado-novista, o INCP promoveu solenidades em homenagem ao presidente Getúlio Vargas, como a realizada em junho de 1942 em São Paulo. O exemplar de junho de 1942 da revista *Ciência Política* registra a solenidade realizada pelo INCP em São Paulo, com o patrocínio do jornal *O Estado de São Paulo*. A solenidade em homenagem a Getúlio Vargas foi realizada no Teatro Municipal e contou com diversas autoridades, entre elas o Interventor Fernando Costa; o diretor-geral do DIP, Lourival Fontes; o diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) de São Paulo, Cândido Mota Filho; e o diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, Abner Mourão.

Consciente da sua posição como instituição intelectual e atenta aos acontecimentos que afetavam o Brasil interna ou externamente, o INCP organizou manifestos em apoio ao governo e às forças armadas, como o manifesto entregue pelo Instituto em setembro de 1942 ao Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, no contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O “Manifesto de apoio dos intelectuais às Forças Armadas” organizado pelo INCP e entregue ao Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, em 28 de setembro de 1942, está transcrito no exemplar de setembro de 1942 da revista *Ciência Política*. Em suas páginas consta o programa

de mobilização e propaganda cívica, posto em prática através da sede no Rio de Janeiro, das Seções dos Professores e dos Estudantes, e das delegações estaduais. Além da listagem de todos os sócios que estiveram presentes na visita, o texto apresenta também o texto do programa de caráter cívico e patriótico organizado pelo INCP, que incluem a cooperação com as forças armadas, a organização de caravanas e de comícios cívicos pelos Estados para falar do espírito de guerra.

Através de visitas e reuniões de comitivas compostas por representantes da instituição, o INCP também buscava estreitar ainda mais sua relação com o presidente Getúlio Vargas. As diversas reuniões e visitas realizadas pelo INCP ao presidente Vargas foram publicadas nas páginas da revista *Ciência Política*. Nessas ocasiões, Vargas proferia discursos em forma de agradecimento aos trabalhos realizados pela instituição, em apoio às políticas empregadas pelo Estado Novo. Afirmava, ainda, que acompanhava as atividades e as conferências realizadas pelo INCP, assim como a leitura da revista publicada pela instituição (VERGARA, 1942, p. 3-10).

### *Considerações finais*

O presente artigo teve como objetivo analisar o Instituto Nacional de Ciência Política, instituição civil que atuou entre os anos de 1940 e 1945, no contexto do Estado Novo de Getúlio Vargas. Idealizado e fundado por Pedro Vergara, o Instituto surgiu em 25 de março de 1940, congregando intelectuais “obscuros”, “provincianos”, de pouca projeção ou, a partir do conceito empregado nesse trabalho, mediadores. Da sua sede no Rio de Janeiro, essa instituição se ramificou por diversos estados brasileiros, criando uma rede de debates e conferências – ou microcosmo de sociabilidade – cujo objetivo era estudar o pensamento e a obra política dos estadistas brasileiros e, em especial, do presidente Getúlio Vargas. Do ambiente definido pelos membros do Instituto como uma “escola de patriotismo”, identificou-se também uma atmosfera de afinidades compartilhadas – ou microclima – que se relacionava com o ambiente político em que se inseriam, permeada por valores como patriotismo e nacionalismo. O INCP excedeu seus limites institucionais e as conferências realizadas na Associação Brasileira de Imprensa no Rio, para incluir diferentes atividades culturais e mesmo o registro do seu pensamento e das suas ações através da publicação das revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política*. Portanto, com a elaboração desse panorama inicial da vida institucional do INCP, também buscamos demonstrar que fora dos quadros oficiais do regime havia uma elite intelectual disposta a participar o projeto de governo do Estado Novo.

## Referências

A SEÇÃO DO Instituto Nacional de Ciência Política em Niterói. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 63-64, fev. 1941.

ATIVIDADES DO INSTITUTO Nacional de Ciência Política: fundação das seções do Estado do Rio Grande do Sul. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 10-11, jan. 1941.

CALDAS, Manuel de Azambuja. Preparação psicológica para a vitória e para a paz futura das nações do mundo. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, p. 74-81, jun. 1944.

CHACON, Vamireh. *Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista (1937-1964)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói. O autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FILHO, Mauricéia. Estado Novo – Inspirador de cultura. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 65-67, jan. 1941.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRANDE, Humberto. Diretrizes nacionais. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-12, nov. 1940a.

GRANDE, Humberto. Diretrizes do novo mundo. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 10-12, set. 1941a.

GRANDE, Humberto. Escola de patriotismo. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 5-7, dez. 1940b.

GRANDE, Humberto. Revolução e reconstrução. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 13-14, mar. 1941b.

IDEIA E AÇÃO. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 3-5, mar. 1941.

INSTALADA, NO AMAZONAS, a secção do Instituto Nacional de Ciência Política. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 101-102, abr. 1944.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 06, 09 jul. 1940a.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 11 jul. 1940b.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 06, 14 jul. 1940c.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 06, 23 jul. 1940d.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 25, ago. 1940e.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 09, 28 nov. 1940f.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OTTONI, Pio B. Compreensão, sinceridade e fidelidade. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 141-145, mar. 1941.

PALAVRAS DO DR. Getúlio Vargas. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 3-4, dez. 1940.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13-36.

RIO, Pires do. Discurso inaugural. *Visão Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 50-51, ago. 1940.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-279.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VERGARA, Pedro. A inteligência a serviço do Estado. *Visão Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-4, ago. 1940.

VERGARA, Pedro. Acreditemos em Getúlio Vargas. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 5-11, mar. 1944.

VERGARA, Pedro. Antecipando a justiça histórica. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 7-14, mar. 1945.

VERGARA, Pedro. In: ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, v. 2, p. 6064-6065.

VERGARA, Pedro. Uma instituição a serviço do Brasil. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 3-10, out. 1942.

VERGARA, Pedro. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 15 maio 1940g. Explica os fins a que se propõe o Instituto Nacional de Ciência Política e informa que esta iniciativa não entra em choque com a idéia de Lourival Fontes de criar uma Academia de Cultura Política. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/carta-de-pedro-fernandes-espinosa-vergara-a-getulio-vargas-explicando-os-fins-a-que-se-propoe-o-instituto-nacional-de-ciencia-politica-e-informand>. Acesso em: 12 nov. 2019.

---

1 A revista *Visão Brasileira* foi fundada por Eurico Ribeiro da Costa em junho de 1938, no Rio de Janeiro. Depois da publicação do exemplar de outubro de 1940, a revista continuou sendo publicada, sob nova fase e sem vínculo com o INCP.

2 O levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa não conseguiu apontar outras referências que tenham o INCP e/ou a *Ciência Política* como objeto específico de análise. Na bibliografia consultada, muitos trabalhos que abordam a atuação da intelectualidade brasileira em periódicos desse período acabam recorrendo ao artigo de Mônica Velloso (1982) quando para definir a *Ciência Política*. Entre eles, pode-se citar Silvana Goulart (1990, p. 106), que concorda com a tese de Velloso quanto à divisão e hierarquização de atribuições entre as revistas. Já Daniel Pécaut (1990, p. 69) indica a mesma obra à qual pertence o artigo citado de Velloso, porém o sociólogo se equivoca ao afirmar que a revista *Ciência Política* seria publicada pelo DIP, assim como a *Cultura Política*.

3 Com o fim do Estado Novo em 1945, Vergara elegeu-se deputado pelo Rio Grande do Sul à Assembleia Nacional Constituinte, sob a legenda do Partido Social Democrático (PSD). Em 1951, no segundo governo de Getúlio Vargas, foi nomeado procurador da República. Como escritor, Vergara publicou diversas obras em poesia, ensaios, biografias, direito penal, direito civil, legislação e uma autobiografia publicada em três volumes (VERGARA, 2001, p. 6024-6025).

4 O autor provavelmente se refere ao vocábulo “signator”: alguém que assina ou que testemunha algo. Segundo o dicionário Oxford: *A person who signs or affixes a seal; a signatory*. Ver: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/signator>

5 É importante salientar que este mapeamento não é conclusivo, pois não é possível afirmar o número exato de seções fundadas pelo Instituto entre os anos de 1940 e 1945. Também foram identificadas seções em São Gabriel, no Rio Grande do Sul (CALDAS, 1944, p. 74-81); em Ponta Grossa, no Paraná e em Cachoeira do Itapemirim, no Espírito Santo (IDEIA..., 1941, p. 4).

6 A seção da cidade de Porto Alegre foi fundada em 24 de dezembro de 1940, e sua diretoria se constituiu por Osvaldo Vergara, Presidente; por J. M. Pereira Filho, 1º Vice-Presidente; por Luiz Palmeiro, Secretário Geral; e por Paulino Vargas Vares, 1º Secretário. A diretoria da seção de Pelotas era formada por Antero Moreira Leivas, Presidente; Coelho da Costa, 1º Vice-Presidente; Tancredo do Amaral Braga, 2º Vice-Presidente; Ernani de Cunto, 3º Vice-Presidente; Lélío Falcão, Secretário Geral; e Hélio Carriconde Pereira, 1º Secretário. Já a seção de Rio Grande foi fundada em 30 de dezembro de 1940, e era formada pelos membros A. Araujo Cunha, Presidente; Mario Verneck, 1º Vice-Presidente; Jorge Cunha Amaral, 2º Vice-Presidente; Álvaro Prates de Lima, Secretário Geral; Rui Poester Peixoto, 1º Secretário; Luiz Emilio Leo, 2º Secretário; e João Campos Duá, 3º Secretário (ATIVIDADES..., 1941, p. 10-11).

7 Em sua fundação, a diretoria eleita para a seção de Niterói se compunha pelos nomes de Oliveira Vianna, Presidente; Ramon Benito Alonso, 1º Vice-Presidente; Manoel de Castro Guimarães, 2º Vice-Presidente; Mário Alves, 3º Vice-Presidente; Jorge Abreu, Secretário Geral; José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, 1º Secretário; Salomão Vergueiro da Cruz, 2º Secretário; e Antônio Figueira de Almeida, 3º Secretário (A SEÇÃO..., 1941, p. 63-64).

8 A cerimônia de fundação da seção do Amazonas se deu no salão nobre da Sociedade Amazonense de Professores, e sua diretoria ficou definida pelos membros Leopoldo Peres, Presidente; Huáscar de Figueiredo, 1º Vice-Presidente; Nogueira da Mata, 2º Vice-Presidente; Manuel Barbuda, 3º Vice-Presidente; Mário Jorge, Secretário Geral; Joaquim Paulino Gomes, 1º Secretário; e João Crisóstomo de Oliveira, 2º Secretário (INSTALADA..., 1944, p. 101-102).

---

9 A diretoria da Seção Universitária ficou definida pelos nomes de Raul Severiano Ribeiro, Presidente; Álvaro Serrano de Andrade, 1º Vice-Presidente; Vitor Jurgens, 2º Vice-Presidente; Edgar Costa Filho, 1º Secretário; e Vicente Costa, 2º Secretário (INSTITUTO..., 1940e, p. 09).

10 Almir de Andrade, ideólogo do regime e diretor responsável pela revista *Cultura Política*, marcou presença no INCP como conferencista em pelo menos duas ocasiões: em 19 de dezembro de 1942, com a conferência sobre *As diretrizes da Nova Política do Brasil: pensamento político do presidente* e em 03 de julho de 1944, quando tratou sobre o tema *O presidente Vargas e a política externa do Brasil*.

Submetido em 20 de fevereiro de 2020.

Aprovado em 21 de abril de 2020.